

A formação de professores no ensino médio, na modalidade normal, no Rio de Janeiro para a inclusão de estudantes com deficiência: o que revela o novo ensino médio (Lei 13.415/2017)?

Teacher training in high school normal course in Rio de Janeiro for the inclusion of students with disabilities: what does the new high school education (Law 13,415/2017) reveal?

Allan Rocha Damasceno¹, Juliana Ferreira Gouvêa²

Como citar esse artigo. DAMASCENO, AR. GOUVÊA, JF. A formação de professores no ensino médio, na modalidade normal, no Rio de Janeiro para a inclusão de estudantes com deficiência: o que revela o novo ensino médio (Lei 13.415/2017)? *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 16, n. 2, p. 37-48, mai./ago. 2025.



Resumo

Este estudo é parte da dissertação de mestrado intitulada “A Formação de Professores no Ensino Médio na Modalidade Normal: Experiências Inclusivas (de) Formativas de Escolas Fluminenses” defendida no programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno. O trabalho em questão analisou a formação de professores em Nível Médio na Modalidade Normal no Estado do Rio de Janeiro, especificamente para a qualificação docente no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial. O estudo se justifica pela escassez de pesquisas atuais sobre a formação em Nível Médio, que entretanto, continua em atividade em algumas unidades da federação. Para tanto, foi feito um recorte temporal de 2012 a 2024, sobre o qual vigoram dois currículos em consequência da implementação do Novo Ensino Médio pela Lei nº 13.415/2017. O objetivo geral foi caracterizar a formação de professores em Nível Médio na Modalidade Normal no Estado Rio de Janeiro, na última década, com vistas à inclusão na escola regular do público-alvo da Educação Especial. Os procedimentos metodológicos foram a análise curricular-documental, sob a abordagem teórica fundamentada na Teoria Crítica da Sociedade com evidência ao pensamento de Theodor W. Adorno. Como conclusão, a formação normalista contemporânea aponta para a urgência de atenção quanto ao ensino específico ofertado e para mais pesquisas que abordem essa qualificação profissional para o magistério nos diferentes contextos educacionais do Rio de Janeiro, principalmente para a inclusão em educação sob o contexto do Novo Ensino Médio, uma vez que esse profissional atua também como professor do Atendimento Educacional Especializado e na função de apoio à inclusão escolar ou mediador.

Palavras-chave: Ensino Médio; Curso Normal; Inclusão; Atendimento Educacional Especializado.

Abstract

This study is part of the master's dissertation entitled “Teacher Training in High School in the Normal Modality: Inclusive (de) Formative Experiences of Schools in Fluminense” defended in the *stricto sensu* Postgraduate Program in Education at the Federal Rural University of Rio de Janeiro, under the guidance of Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno. The work in question analyzed the training of teachers in High School in the Normal Modality in the State of Rio de Janeiro, specifically for the qualification of teachers in serving students who are the target audience of Special Education. The study is justified by the scarcity of current research on training in High School Level, which, however, continues to be active in some units of the federation. For this purpose, a time frame was made from 2012 to 2024, over which two curricula are in force as a result of the implementation of the New High School Law 13.415/2017. The general objective of the study was to characterize the training of teachers in the High School Level in the Normal Modality in the State of Rio de Janeiro in the last decade with a view to including the target audience of Special Education in regular schools. The methodological procedures were curricular-documentary analysis, under the theoretical approach based on the Critical Theory of Society with evidence of the thinking of Theodor W. Adorno. In conclusion, contemporary normalist training points to the urgency of attention regarding the specific education offered and to more research that addresses this professional qualification for teaching in the different educational contexts of Rio de Janeiro, mainly for inclusion in education under the context of the New High School, since this professional also works as a teacher of Specialized Educational Assistance and in the role of support for school inclusion or mediator.

Keywords: High School; Normal Course; Inclusion; Specialized Educational Services.

Afiliação dos autores:

¹Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e da Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI/CNPq). Urca, Rio de Janeiro, Brasil;

²Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Professora nas redes Estadual e Municipal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão - LEPEDI. Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail de correspondência: julianagouvea@ufrj.br

Recebido em: 24/01/2025. Aceito em: 27/05/2025.

Introdução

Entende-se como trabalho essencial e constante a necessidade de discutir a formação de professores para uma educação como um direito humano, que não seleciona estudantes, nem os categoriza dentro de padrões excludentes, mas é fundada em preceitos basilares estabelecidos em documentos internacionais e nacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), por exemplo, acrescido de diversos documentos que garantem direitos universais na área da educação, os quais se reafirmam no Brasil, com a Constituição Federal de 1988 e políticas públicas para a inclusão das pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, após as grandes alterações realizadas a partir da reforma cunhada Novo Ensino Médio, pela Lei nº 13.415/2017 (NEM), entende-se conveniente destacar, que no caso do Estado do Rio de Janeiro, o Ensino Médio na Modalidade Normal - Curso Normal - também foi alvo de significativas mudanças, e, portanto, convém esclarecer as implicações da estrutura da formação de professores em Nível Médio na Modalidade Normal na perspectiva da inclusão do público-alvo da Educação Especial. O objetivo desse trabalho é refletir acerca da reorganização curricular do Ensino Médio na Modalidade Normal no que tange à inclusão educacional de estudantes com deficiência. Como método, foi adotada análise curricular e a lente teórica do frankfurtiano Theodor W. Adorno. Os autores consultados acerca das questões concernentes à Inclusão em Educação foram Damasceno, Mantoan, Mazzotta e Pletsch. No campo teórico da Educação e da formação de Professores diversos teóricos da área, como Paulo Freire, estabeleceram diálogo acerca do pensamento crítico sobre a teoria e a práxis do fenômeno social pesquisado. Na tentativa de promover nessa interlocução reflexões que apontem caminhos, e sejam revisitadas, revividas academicamente, como Adorno expõe “(...) o que quer que tenha sido pensado com acerto deverá ser pensado por outros em outro lugar” (Adorno, 2020b, p. 282), a problematização desse estudo se desenvolveu nos documentos normativos e curriculares da formação de professores em Nível Médio na Modalidade Normal das escolas estaduais do Rio de Janeiro para a qualificação da docência do público-alvo da Educação Especial Inclusiva. O diálogo com esses textos resultou nas discussões apresentadas acerca da Educação Inclusiva na abordagem dada pelo currículo da rede Estadual do Rio de Janeiro e a sua práxis, no recorte temporal do Currículo Mínimo de 2014 e as alterações promovidas pela aplicação da Reforma do NEM de 2017 até o presente momento.

Discussão

O Estado do Rio de Janeiro apresenta como uma característica tradicional em sua estrutura educacional, o funcionamento do Ensino Médio na Modalidade Normal em diversos municípios do Estado. Ainda denominado Curso Normal pela comunidade escolar e em algumas referências textuais da própria secretaria de educação, a formação de professores normalistas, que está extinta em muitos Estados do Brasil, no Estado fluminense permanece em atividade e alocada na estrutura da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, reafirmada na oferta dos cursos de modelos diversificados de formação na educação integral¹ e a partir do rearranjo feito pelo Novo Ensino Médio - NEM (Lei 13.415/2017). Essa reforma também abarcou a formação de professores normalistas, que teve a sua grade alterada conforme as novas diretrizes do NEM.

Na busca de encontrar avanços na abordagem da Educação Especial inclusiva no Ensino Médio na Modalidade Normal, foi feita a comparação entre o currículo de 2013 com o atual currículo, desenvolvido a partir da reforma do Ensino Médio, do ano de 2017.

¹ Educação Integral. Disponível em <https://www.seeduc.rj.gov.br/cidad%C3%A3o/educa%C3%A7%C3%A3o-integral>. Acesso em 11 fev 2023.

Formação de professores em Nível Médio e a formação para a Educação Especial: o que revelam as mudanças?

O chamado Currículo Mínimo de 2013 para o Curso Normal Médio foi organizado em parceria com a Fundação Cecierj e trazia as disciplinas divididas em categorias: disciplinas da Base Nacional Comum a todo o Ensino, acrescido das disciplinas específicas da formação de professores. O Currículo Mínimo para o Ensino Médio na Modalidade Normal trazia a seguinte estrutura para as disciplinas especificamente voltadas à formação para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:

- Conhecimentos Didáticos Pedagógicos em Educação Especial no Contexto da Educação Inclusiva
- Libras
- Atendimento Educacional Especializado

As disciplinas no currículo de 2013 previam o encontro entre teoria e prática. A teoria é abordada nas disciplinas de conhecimentos didáticos pedagógicos e a sua prática nos componentes curriculares denominados Laboratórios. A disciplina Conhecimentos Didáticos Pedagógicos em Educação Especial no Contexto da Educação Inclusiva era contemplada no 2º ano do curso e versava sobre os conhecimentos fundamentais da Educação Especial, seu processo histórico, sua legislação, o público-alvo, suas características e o fazer pedagógico, identificação de barreiras; a disciplina posiciona o ensino da Educação Especial no modelo biopsicossocial da deficiência, tratando da inclusão em oposição à integração do estudante com deficiência na escola regular.

O destaque dessa formação do currículo de 2013 está na disciplina Laboratório Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma vez que evidencia no seu nome a prática do AEE. Esse laboratório previa a junção entre teoria e prática a partir do estudo da legislação específica do AEE e literatura específica aliados aos estudos de caso, construção de objetos concretos acessíveis, reflexões sobre a avaliação na perspectiva da educação inclusiva, conhecimento das etapas do Plano de Ensino Individualizado, Tecnologias Assistivas e a promoção de um ambiente escolar sem barreiras que dificultem o processo de inclusão dos estudantes com deficiência. O Laboratório Atendimento Educacional Especializado foi substituído no novo currículo e perdeu evidência.

No currículo implementado no Itinerário Integrado Formação de Professores Curso Normal, a partir da reforma de 2017 do NEM, o Ensino Médio na Modalidade Normal passou a ser estruturado pelas disciplinas da Formação Geral Básica - dispostas na Base Nacional Comum Curricular – a Trilha de Aprofundamento, que nas escolas de Curso Normal é composta pelas disciplinas específicas da formação de professores e o Núcleo Integrador (disciplinas eletivas e Projeto de Vida).

A tabela abaixo mostra a organização do Itinerário Formativo do Curso Normal:

Tabela 2. Itinerário Integrado Curso Normal.

1º ano	2º ano	3º ano
Ateliê Pedagógico Integração Teoria e Habilidades Prática - ARTE	Ateliê Pedagógico Integração Teoria e Habilidades Prática - ARTE	Ateliê Pedagógico Integração Teoria e Habilidades Prática - ARTE
-	Ateliê Pedagógico Integração Teoria e Prática DIVERSIDADE	Ateliê Pedagógico Integração Teoria e Prática CIÊNCIAS
Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino Fundamental	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino Fundamental	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino Fundamental
Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial Inclusiva/ Libras	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial Inclusiva/ Libras	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial Inclusiva/ Libras
Fundamentos Teóricas e Metodológicos da Ludopedagogia e a Educação e Infantil	Fundamentos Teóricas e Metodológicos da Ludopedagogia e a Educação e Infantil	Fundamentos Teóricas e Metodológicos da Ludopedagogia e a Educação e Infantil
Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa	Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa	Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa
Psicologia da Educação e a Psicomotricidade	Psicologia da Educação e a Psicomotricidade	Psicologia da Educação e a Psicomotricidade
	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização e Letramento	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização e Letramento
	Tecnologia Educacional	Tecnologia Educacional
		Política e Direito Aplicado à Educação
		Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos
		Laboratório de Métodos e Técnicas de Avaliação da Aprendizagem

Fonte. <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/curso-normal-formacao-de-professores>

A partir da grade curricular do Itinerário Integrado Curso Normal observa-se a presença dos conteúdos que tratam da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em duas disciplinas específicas: Ateliê Pedagógico Integração Teoria e Prática - Diversidade e Fundamentos Teóricos e Metodológicos da

Educação Especial Inclusiva/ Libras. As disciplinas denominadas Ateliês Pedagógicos Integração Teoria e Prática possuem um tema norteador para cada ano de formação do Curso Normal. No 1º ano do curso, a ênfase é em Arte, portanto, chama-se Ateliê Pedagógico Integração Teoria e Prática – Arte; no 2º ano, como destacada na grade, a ênfase é Diversidade e no 3º ano a ênfase é Ciência, logo, Ateliê Pedagógico Integração Teoria e Prática – Ciência.

A disciplina Ateliê Pedagógico Integração Teoria e Prática com ênfase na Diversidade, conteúdo da grade curricular do 2º ano do Ensino Médio, traz ao debate escolar em cada um dos 4 bimestres os eixos norteadores:

- Como lidar pedagogicamente com a diversidade no espaço escolar?
- A Formação de Professores e a Educação Antirracista;
- Educação na diferença; e Diversidade, Sociedade e Movimentos Sociais.

Os temas abordados certamente se referem à Educação Inclusiva em diálogo com outras Modalidades da Educação e outras disciplinas que contribuem para o amplo debate da educação como direito, na crença de que a educação é caminho para sociedades mais democráticas e equânimes. São diálogos essenciais para a formação do professor na promoção de culturas escolares inclusivas, pois desvendam as estruturas de exclusão e dialogam sobre as possibilidades de enfrentamento. Sobre este aspecto, Damasceno considera,

Ou seja, o pensamento de Adorno nos alerta para atentar quanto aos mecanismos de segregação presentes na escola e demais instâncias sociais. Mesmo isso não significando que as mudanças necessárias ao enfrentamento dessa opressão estejam postas. (Damasceno, 2020, p. 279)

No conteúdo referente ao 3º bimestre da grade do 2º ano do Curso Normal, no qual o eixo é “Educação na diferença”, está descrito como um dos objetivos: “Entender a educação como inclusiva e promotora do respeito às diferenças”. Aqui compreende-se que nesse tópico da disciplina o foco está no entendimento da Educação Inclusiva como parte da diversidade, que inclui a Educação Especial, mas não se detém a ela.

Acredita-se que, consoante Mazotta (2008), a pretensão desse componente curricular versa sobre o debate da igualdade e da diversidade, buscando promover o reconhecimento das diferenças, sua valorização e enfrentamento ao preconceito nas ações pedagógicas.

Como combinar o reconhecimento das diferenças e a afirmação de um princípio universalista de igualdade entre todos os seres humanos? O próprio Touraine nos indica uma resposta tríplice. É preciso, diz ele: em primeiro lugar, o reconhecimento da diversidade, e que se afaste toda homogeneização, toda negação da diferença; em segundo lugar, o reconhecimento das diferenças que seja compatível com as atividades instrumentais independentes das culturas nas quais são executadas; em terceiro lugar, o reconhecimento, em toda sociedade, dos direitos humanos fundamentais em referência ao sujeito. (MAZOTTA, 2008, p. 166)

Um aspecto relevante é que o Curso Ensino Médio na Modalidade Normal não possui material didático formal ofertado pela rede estadual. Apenas as disciplinas da base nacional comum recebem livros didáticos. Os materiais são preparados pelos professores de cada escola, portanto, não há uniformidade

entre os materiais da rede, caracterizando uma demanda extra para os docentes e unidades escolares.

A disciplina Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial Inclusiva/ Libras aparece na grade curricular dos três anos do Ensino Médio. Seus conteúdos são divididos em eixos temáticos por ano de escolaridade, que são:

1º ano: eixo temático: “educação especial e inclusiva – importância e desafios.”

Divisão pelos bimestres:

1º bimestre: ESCOLA INCLUSIVA: CONCEITOS, CONTEXTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS ▪ O contexto social e histórico da Educação Especial no Brasil e no Mundo: da segregação à inclusão; ▪ Conceituação de Deficiência e PcD; ▪ O sentido e o significado de uma Escola Inclusiva;

2º bimestre: POLÍTICAS PÚBLICAS ▪ Políticas Públicas e Leis relacionadas às pessoas com deficiência; ▪ os principais entraves para a efetivação de Políticas Públicas de inclusão na área educacional brasileira.

3º bimestre: ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR ▪ A importância da Acessibilidade nas escolas; ▪ Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva (TA); ▪ Sala de Recursos (AEE) – aspectos teóricos; ▪ Adaptações curriculares e recursos pedagógicos para prática inclusiva.

4º bimestre: OS ATORES DO PROCESSO INCLUSIVO ▪ O perfil de um professor inclusivo; ▪ A Participação da Família no processo de Inclusão; ▪ visitar escolas inclusivas.

2º ano: eixo temático: “as particularidades das deficiências”

Divisão pelos bimestres:

1º bimestre: DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MÚLTIPLAS ▪ Deficiências físicas ou Múltiplas; ▪ Conceito, Causas e Tipos; ▪ Dificuldades e barreiras que as crianças com deficiência físicas ou múltiplas encontram na escola; ▪ A acessibilidade com adaptação curricular e recursos pedagógicos para prática inclusiva de deficiências físicas ou múltiplas.

2º bimestre: DEFICIÊNCIA VISUAL ▪ Deficiência Visual; ▪ Conceito, Causas e Tipos; ▪ Reflexões sobre o desenvolvimento e o processo ensino-aprendizagem voltado para o educando portador de deficiência visual; ▪ A acessibilidade com adaptação curricular e recursos pedagógicos para prática inclusiva do estudante com deficiência visual.

3º bimestre: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ▪ Deficiência Intelectual; ▪ Conceito, Causas e Tipos; ▪ os desafios da Inclusão escolar do educando com Deficiência Intelectual; ▪ A acessibilidade com adaptação curricular e recursos pedagógicos para prática inclusiva do estudante com deficiência intelectual; ▪ Conceito de Inteligência; ▪ Definição de Superdotação/ Altas Habilidades (SD/AH).

4º bimestre: TRANSTORNOS GLOBAIS ▪ Transtornos Globais do Desenvolvimento e Disfunções; ▪ Conceitos, Causas e Tipos; ▪ A acessibilidade com adaptação curricular e recursos pedagógicos para prática inclusiva do estudante com TGD e suas disfunções.

3º ano: eixo temático: Libras (Língua Brasileira de Sinais)

Divisão pelos bimestres:

1º bimestre: SURDEZ ▪ Etiologia, classificação e diagnóstico da deficiência auditiva e da surdez em uma abordagem clínica; ▪ Prevenção da deficiência auditiva e da surdez; ▪ História da Educação de surdos no mundo e Brasil; ▪ Definição de Libras e a sua importância; ▪ Prática Língua Brasileira de Sinais – Libras História e datilologia do Alfabeto / Numerais/ Cumprimentos.

2º bimestre: LEGISLAÇÃO – Libras ▪ A Língua Brasileira de Sinais e sua Legislação - acessibilidade de

surdos e deficientes auditivos; ▪ O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras – como segunda língua no Brasil; ▪ A inclusão e os direitos das pessoas surdas; ▪ A acessibilidade com adaptação curricular e recursos pedagógicos para prática inclusiva do estudante com deficiência auditiva e surdez; ▪ Recursos tecnológicos que possibilitam a acessibilidade, da pessoa com deficiência auditiva ou surdez; ▪ Teoria sobre a gramática de Libras, sua estrutura e diferença com português; ▪ Prática da Língua Brasileira de Sinais – Libras: Identidade/ Pronomes/ Pessoas / Família / Calendário.

3º bimestre: HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS ▪ História da educação de surdos e diferentes abordagens na escolarização: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo; ▪ O conceito e aspectos da Educação Bilíngue; ▪ O significado do setembro Azul para a Comunidade Surda (Movimento Nacional do Surdo); ▪ Prática da Língua Brasileira de Sinais – Libras: Cores/ Frutas/ Alimentos / Bebidas;

4º bimestre: INCLUSÃO DA COMUNIDADE SURDA ▪ Comunidade Surda e sua cultura; ▪ Inclusão na rede de ensino regular para deficientes auditivos e surdos; ▪ O Papel do Professor na Educação de deficientes auditivos e surdos; ▪ Prática da Língua Brasileira de Sinais – Libras: Escola/ Casa/ Adjetivos/ Verbos.

Também se destaca nessa análise comparativa dos conteúdos e da organização proposta no Itinerário Formativo do Ensino Médio Curso Normal para o ensino da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que há avanços pontuais em relação ao currículo anterior. A apresentação do modelo social da deficiência e a inclusão como um direito é uníssono nos dois currículos, o que garante, teoricamente, alguns anos de formação de professores no caminho da inclusão educacional dos estudantes com deficiência em escolas regulares como parâmetro, distanciando do ideário do modelo das escolas especiais. Fato que segundo Damasceno (2010, p. 249) pontua é marcante para a mudança das estruturas excludentes de educação e avança nos processos de inclusão educacional contrários à institucionalização das pessoas com deficiência.

“(…) romper com um ideário ainda persistente de educação à margem, de educação segregada, presente no conformismo de que estudantes com necessidades especiais devem estudar em escolas especiais ou instituições especializadas” (Damasceno, 2020, p. 249)

Por outro lado, em relação às ementas das disciplinas, existe uma incoerência. O modo como as disciplinas foram organizadas mostra uma corrente de pensamento que levanta a questão do estudo a partir das deficiências à guisa biológica, o que se contrapõe ao modelo social da deficiência. Ou seja, o currículo do Curso Normal se aproxima e se afasta da inclusão em educação e pode atuar como um potencial intensificador das diferenças, sendo ainda justificativa de exclusões no espaço escolar. Não obstante, contrasta com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, que diz:

Os estudos mais recentes no campo da educação especial enfatizam que as definições e uso de classificações devem ser contextualizados, não se esgotando na mera especificação ou categorização atribuída a um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio, síndrome ou aptidão. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem (Brasil, PNEEPEI, 2008, p. 9)

Pode-se observar, ainda, no conteúdo do 2º ano o eixo temático: “as particularidades das deficiências”, que aborda os conceitos, as causas e os tipos de deficiências correndo o risco de colocar como centro da vida humana a deficiência da pessoa.

Acrescenta-se também no tópico “educando portador de deficiência visual” o uso da nomenclatura “portador”, que é rechaçada pelos movimentos das pessoas com deficiência, considerando que estigmatiza

e traz para o indivíduo a sua vivência com os espaços. Sob esse aspecto se opõe ao que diz a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006, Preâmbulo)

Ainda no conteúdo designado ao 2º ano, no 3º bimestre está previsto o estudo da Deficiência Intelectual. Há duas questões problemáticas a serem analisadas nesse eixo: o Conceito de Inteligência e a Definição de Superdotação/ Altas Habilidades (SD/AH).

Considera-se a premissa de que o estudo das deficiências no Itinerário do Curso Normal deveria ser balizado no modelo social da deficiência, a fim de acompanhar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e as orientações que se seguiram, uma vez que se trata de uma atualização completa do curso. Entretanto, indaga-se sobre a abordagem de conteúdos com características do modelo clínico da deficiência, apresentado, por exemplo, a partir do Conceito de Inteligência enquanto tópico de estudo da Deficiência Intelectual.

Ressalta-se que o conceito de Inteligência, conhecido também como quociente de inteligência (QI), gerou estudos que produziram testes de inteligência elaborados por Theodore Simon e Alfred Binet⁴. Esses testes foram utilizados na França no início do século XX em crianças para separar as que deviam ser levadas para uma Educação Especial, devido ao seu “retardo” (Herculano, 2010, p. 11). Na escala em Língua inglesa tem-se as categorias de cima para baixo, que categorizam as pessoas em: gênio; muito superior; superior; na média; lento; limite da deficiência; idiota; imbecil; idiota. As três últimas escalas se diferenciam pela idade mental atribuída a cada categoria. Não é levantado aqui o questionamento sobre seus usos na área da saúde, mas pergunta-se o motivo pelo qual esse conceito é usado dentro da educação no novo currículo e de que maneira será abordado fora da disciplina Psicologia e associado à deficiência intelectual? O que nas palavras de Herculano significa: “Ao professor interessa saber como seu aluno pensa, que estratégia utiliza para resolver um problema, qual é a dificuldade que tem, e não seu índice de inteligência”. (Herculano, 2010, p. 18)

Entende-se pelo modelo social da deficiência que as barreiras são exteriores ao indivíduo. Portanto, superadas as barreiras centradas na pessoa, qual proveito ainda que conceitual será tirado desse tópico sem incorrer em capacitismo e segregação?

Da mesma forma questiona-se o tópico **Definição de Superdotação/ Altas Habilidades (SD/AH)** estar inserido no eixo bimestral da Deficiência Intelectual.

Sendo um campo de estudo à parte da Deficiência Intelectual e de especificidades distintas, a presença desses tópicos interligados no eixo do bimestre defronta-se com a literatura e legislações específicas. A PNEPEI define:

Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (Brasil, PNEPEI, p. 9)

Ainda é notório na leitura do bimestre que é previsto o estudo da “acessibilidade com adaptação curricular e recursos pedagógicos para prática inclusiva do estudante com deficiência intelectual”, o que não há em relação às AH/SD.

No conteúdo do 3º ano do Curso Normal, no eixo temático Libras, o tópico “surdez em uma abordagem clínica” desperta questionamentos: que abordagem clínica pode ser feita na área da Educação? Quais são os objetivos de uma abordagem clínica no currículo da formação de professores? A priori, o tópico “surdez em uma abordagem clínica” supõe o retorno do modelo médico de educação contrapondo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e outros pontos do currículo que convergem para a inclusão educacional. Nesse sentido Mantoan (2006) considera:

Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas as suas peculiaridades, ligadas ao sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-las do mesmo modo (Mantoan, 2006, p. 2)

É fato que o conhecimento das condições humanas que ocupam os espaços das escolas, sejam elas quais forem, são essenciais para delinear a prática pedagógica e o relacionamento entre estudantes e docentes. Mas não se pode agrupar condições imprimindo as mesmas vivências a partir de conceitos generalistas da deficiência. Cada pessoa vive a experiência de sua deficiência no mundo de uma forma individual, sob as condições ambientais que a afetam. Nesse sentido, Freire afirma que “as condições materiais em que e sob que vivem os educandos lhes condicionam a compreensão do mundo, sua capacidade de aprender, de responder aos desafios” (Freire, 1996, p. 137). Portanto, sob essa lógica em debate, compreende-se que é importante conhecer as condições materiais que dificultam a permanência dos estudantes na escola, porém, sem permitir que a divisão em grupos de semelhantes invisibilize a sua individualidade.

Quanto ao cardápio de disciplinas eletivas para o Curso Normal, as seguintes opções são apresentadas, considerando que para o estudo proposto foi dado relevo àquelas que se referem à inclusão em educação:

Tabela 1. Disciplinas Eletivas do NEM Ensino Médio na Modalidade Normal.

Itinerário Integrado do Curso Normal / Cardápio de Eletivas
Laboratório de Práticas de Língua Portuguesa: Oralidade e Escrita para Normalistas Pedagoflix: Luz, Câmera, Ação! Tecnologias Assistivas e Linguagem Contemporânea Mãos que falam no Processo de Ensino-Aprendizagem Outra Língua e a Ludicidade do Processo O Processo de Avaliação e os Registros Escolares Escrever Bem é uma Luta Diária... Literaturas de Língua Portuguesa Eletiva: A Amplitude do Curso Normal De Contador de Histórias a Escritor de Contos Laboratório de Práticas de Língua Portuguesa: Oralidade e Escrita para Normalistas CulturArte (Cons)Ciência Teatral Possibilidades Audiovisuais: Cinema e Educação / Podcast e Rádio na Escola Prática Pedagógica em Contação de Histórias e Produção Textual Entre as Competências Digitais e a Conectividade Inteligência Emocional e a Saúde Socioemocional do Professor do Século XXI Do Quadro de Giz às Metodologias Ativas

Fonte. Catálogo de Eletivas Itinerário Integrado do Curso Normal do Estado do Rio de Janeiro

A partir da análise do quadro de disciplinas eletivas, pode-se notar os registros em negrito: “Tecnologias Assistivas e Linguagem Contemporânea” e “Mãos que falam no Processo de Ensino-Aprendizagem”. As eletivas destacadas contribuem com a aprendizagem de conteúdos da Educação Especial Inclusiva que fazem parte da grade curricular. São descritas como aprofundamentos, e como em qualquer itinerário formativo, entram na grade curricular no lugar de uma disciplina da formação geral, porém não estão disponíveis em todas as unidades escolares.

Uma diferença na estrutura curricular na comparação dos dois currículos, é o fato de que entre teoria e prática se deu na exclusão das disciplinas chamadas Laboratórios Pedagógicos, que se articulavam diretamente com outro componente no currículo de 2013. No NEM, houve a entrada das disciplinas denominadas “Ateliês Pedagógicos”, que incluíram a atribuição de carga horária para a formação de professores associadas às suas atividades e conferiu um caráter de laboratório, quando previu no Itinerário Formativo² atividades de características práticas como constam no itinerário: “Participar de oficinas sobre as culturas indígenas e africanas; Construir material estatístico com dados (gráficos, tabelas...) sobre estatísticas de violência com grupos minoritários; construir jogos e brincadeiras que busquem a reflexão sobre superação de preconceitos; compreender a educação não formal em Museus de Ciências como recurso para o ensino e aprendizagem, através da divulgação científica, na Educação em Ciências; construir, aplicar e validar jogos didáticos que dialoguem com diferentes temas no Ensino de Ciências” entre outras. Há, ainda, a indicação “Visitar escolas inclusivas”.

Uma alteração positiva identificada foi o tratamento dado à Educação Especial Inclusiva, que passou a ser abordada nos 3 anos do Ensino Médio na Modalidade Normal, com 2 tempos de 50 minutos de aula semanais, em contraposição ao currículo anterior que oferecia a disciplina Conhecimentos Didáticos Metodológicos em Educação Especial no Contexto da Educação Inclusiva apenas na 2ª série, com 2 tempos de 50 minutos de aula semanais, mais o Laboratório Atendimento Educacional Especializado, com 1 tempo de 50 minutos de aula semanais e a disciplina Libras, com 2 tempos de 50 minutos de aula semanais, sendo as duas últimas na 3ª série/ano do Ensino Médio normalista.

Acrescenta-se que no Componente Curricular Psicologia da Educação e a Psicomotricidade, disciplina da 3ª série, há também a abordagem interdisciplinar dos tópicos: Diferenças individuais e de aprendizagem e Escolas inclusivas. Assim, amplia-se o debate sobre a inclusão educacional das pessoas com deficiência em diálogo com os conteúdos da Psicologia e da Psicomotricidade.

Considerações finais

Diante da comparação curricular evidenciada foi possível perceber que a escola normalista fluminense ditou o seu ritmo de funcionamento enquanto uma das poucas unidades federativas que oferecem o Curso Normal de formação de professores como opção à formação em Nível Superior, e por isso, precisou adequar-se às estruturas dadas ao Ensino Médio e às mudanças a partir das políticas públicas educacionais, especialmente da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nas últimas décadas.

É sensível que houve retrocessos e melhorias na reformulação do Ensino Médio normalista a partir da estrutura implementada pelo NEM, o que permitiu questionar sobre a formação que está sendo ofertada em Nível Médio e propor o debate público acerca de como são formados aqueles e aquelas que serão parte importante na inclusão escolar das pessoas com deficiência e para a eliminação de barreiras no cotidiano educacional e seus espaços?

Reflete-se então, em conformidade com Adorno, que a escola tem muito a ver com as respostas sociais que recebemos: “Eu diria que atualmente a educação tem muito mais a declarar acerca do comportamento no mundo do que intermediar para nós alguns modelos ideais preestabelecidos” (Adorno, 2020a, p. 153). Nesse sentido, em que Adorno posiciona a escola como importante agente de desenvolvimento humano,

² Organização Curricular do Itinerário Integrado Curso Normal. Disponível em: <itinerario-integrado-cursonormal-formacao-de-professores.pdf (educacao.rj.gov.br)>. Acesso em: 28 dez 2023

a busca pelas respostas sociais precisam incluir a formação docente em Nível Médio no Estado do Rio de Janeiro, visto que participam ativamente da construção escolar que se mostra estruturada.

Concluimos, pois, que a formação normalista contemporânea se situa entre os espaços formais de Formação de Professores para a Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro e aponta para as necessidades de atenção para essa formação para a inclusão em educação, a fim de capacitar o professor do Atendimento Educacional Especializado e o agente de apoio à inclusão ou mediador escolar.

Certamente, a roupagem que o Curso Normal recebeu, em especial nos últimos anos sob os fortes vieses do empresariamento dado ao Ensino Médio e de sua articulação com a formação técnica para o trabalho das juventudes, a experiência docente pela via normalista influenciou as maneiras de conceber a inclusão educacional pelos professores do curso de formação de professores em Nível Médio e pelos estudantes.

Aparentemente invisibilizado no panorama da Educação contemporânea, o docente normalista segue educando as camadas populares em escolas dos subúrbios, periféricas, do interior do Estado do Rio de Janeiro e atuando na Educação Especial. Imprescindível, portanto, é o acompanhamento dessa formação docente para os estudos da inclusão em educação.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

- ADORNO, Theodor W., **Educação e Emancipação**. Trad.: Wolfgang L. Maar. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020a.
- ADORNO, Theodor W., **Indústria Cultural**. Trad.: Vinicius Marques Pastorelli. São Paulo: Unesp, 2020b.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1 – p. 1.
- BRASIL. Resolução CEB Nº 2, de 19 de abril de 1999. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 4, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.. Brasília, DF, 2009.
- HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Acesso em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>, v. 13, p. 175-196, 2025.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Reflexões sobre inclusão com responsabilidade**. Revista @mbienteeducação, v. 1, n. 2, 2008.
- DAMASCENO, Allan Rocha. **A formação dos professores e os desafios para a educação inclusiva: as experiências da escola Municipal Leônidas Sobrino Pôrto**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2006.
- DAMASCENO, Allan Rocha. **Educação Inclusiva e a organização da escola: perspectivas e desafios políticos do**

projeto pedagógico. 2ed. V. 1. Curitiba: CRV, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

HERCULANO, Cláudia Vieira de Castro. **Tópicos em educação especial.** v. único / Cláudia Vieira de Castro Herculano; Alice de Moura Ramos; Maria Angela Monteiro Corrêa. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha.** Educação, v. 29, n. 1, p. 55-64, 2006.

PLETSCH, Márcia Denise. **O professor itinerante como suporte para a Educação inclusiva em escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2005.

RIO DE JANEIRO. Portaria /SUGEN nº 91 de 29 de março de 2010. Estabelece Normas e Orienta quanto à implantação da Matriz Curricular do Curso Normal, em nível médio, e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Mínimo da rede estadual de ensino.** Rio de Janeiro: Seeduc/RJ, 2012.

RIO DE JANEIRO. **Como é o Novo Ensino Médio? NEM Educação.** Disponível em: Como é o Novo Ensino Médio? (educacao.rj.gov.br) . Acesso em: 26 dez 2023

RIO DE JANEIRO. **Itinerário Integrado Curso Normal.** Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/pdfs/itinerario-integrado-curso-normal-formacao-de-professores.pdf>. Acesso em 17 fev 2024.

RIO DE JANEIRO. **Itinerário Integrado Curso Normal. Catálogo de Eletivas.** Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/catalogo-eletivas.php>. Acesso em 17 fev 2024.